

COLORISMO E HIERARQUIAS INVISÍVEIS EM ANGOLA: QUANDO O TOM DE PELE FALA MAIS ALTO

COLORISM AND INVISIBLE HIERARCHIES IN ANGOLA: WHEN SKIN TONE
SPEAKS LOUDER

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 11/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781157948](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781157948)

Abel Cosme Buassa¹

João Simba André²

Abraão António Simba³

RESUMO

Este estudo analisa as percepções sociais do colorismo em Angola e seus impactos nas relações sociais, na autoestima e nas formas de tratamento social. Fundamentada em perspectivas pós-coloniais e críticas da raça, a pesquisa discute o colorismo como uma manifestação estrutural das hierarquias raciais historicamente moldadas pelo colonialismo e perpetuadas por meio de práticas sociais, culturais e simbólicas contemporâneas. O estudo adotou uma abordagem predominantemente quantitativa, complementada por análise qualitativa. Os dados foram coletados por meio de um questionário digital da google forms estruturado, aplicado a 7.314 participantes. Os dados quantitativos foram analisados utilizando estatística descritiva, enquanto as respostas qualitativas foram examinadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados revelam que o tom de pele continua a influenciar as percepções de beleza, a aceitação social, as oportunidades profissionais e as relações interpessoais na sociedade angolana. Os participantes relataram experiências de discriminação nos ambientes familiar, educacional e profissional, afetando particularmente indivíduos com tons de pele mais escuros. Os resultados também demonstram impactos psicológicos significativos, incluindo baixa autoestima, conflitos de identidade, ansiedade e sentimentos de exclusão social. O estudo destaca ainda o papel da mídia, dos padrões de beleza eurocêntricos e das redes sociais na reprodução de práticas coloristas. A pesquisa conclui que o combate ao colorismo exige estratégias educacionais, culturais e institucionais voltadas para a promoção da igualdade racial, a valorização da identidade negra e o fortalecimento de relações sociais inclusivas.

Palavras-chave: Colorismo; desigualdades raciais; colonialidade; exclusão social.

ABSTRACT

This study analyzes social perceptions of colorism in Angola and its impacts on social relations, self-esteem, and forms of social treatment. Grounded in post-colonial and critical perspectives on race, the research discusses colorism as a structural manifestation of racial hierarchies historically shaped by colonialism and perpetuated through contemporary social, cultural, and symbolic practices. The study adopted a predominantly quantitative approach, complemented by qualitative analysis. Data were collected through a structured Google Forms digital questionnaire, applied to 7,314 participants. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics, while qualitative responses were examined through content analysis. The results reveal that skin tone continues to influence perceptions of beauty, social acceptance, professional opportunities, and interpersonal relationships in Angolan society. Participants reported experiences of discrimination in family, educational, and professional environments, particularly affecting individuals with darker skin tones. The results also demonstrate significant psychological impacts, including low self-esteem, identity conflicts, anxiety, and feelings of social exclusion. The study further highlights the role of media, Eurocentric beauty standards, and social networks in the reproduction of colorist practices. The research concludes that combating colorism requires educational, cultural, and institutional strategies aimed at promoting racial equality, valuing Black identity, and strengthening inclusive social relationships.

Keywords: Colorism; racial inequalities; coloniality; social exclusion.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades raciais continuam a afectar o acesso a direitos, oportunidades e formas de reconhecimento social nas sociedades contemporâneas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (ONU, 1948), princípio igualmente reafirmado pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1965). Contudo, diferentes formas de discriminação racial persistem nas dinâmicas sociais actuais, manifestando-se tanto de forma explícita quanto subtil (MBEMBE, 2014; MONK, 2021). Entre estas manifestações destaca-se o colorismo, entendido como uma forma de diferenciação baseada na tonalidade da pele. Walker (1983) define o colorismo como um tratamento preferencial ou discriminatório dirigido a indivíduos da mesma raça com base exclusivamente na cor da pele.

A compreensão do colorismo encontra-se profundamente ligada às heranças da escravatura, do colonialismo e da colonialidade. Fanon (2008) demonstra que o sistema colonial associou a brancura à civilização, humanidade e superioridade social, enquanto a negritude passou frequentemente a ser relacionada à marginalização e à inferiorização simbólica. Nesta mesma perspectiva, Mbembe (2014) sustenta que as hierarquias raciais produzidas pela modernidade colonial continuam activas através de mecanismos de representação, classificação social e distribuição desigual de oportunidades. Assim, o colorismo deve ser compreendido não apenas como uma preferência estética individual, mas como expressão histórica das desigualdades raciais.

No contexto africano, o colorismo manifesta-se em diferentes espaços sociais, incluindo relações familiares, ambientes escolares,

mercado de trabalho e meios de comunicação social. Estudos contemporâneos demonstram que a tonalidade da pele continua a influenciar experiências de discriminação, mobilidade social e acesso a oportunidades económicas (MONK, 2021). Em Angola, apesar de a Constituição da República consagrar o princípio da igualdade e da não discriminação no seu artigo 23.º (ANGOLA, 2010), persistem práticas sociais e simbólicas relacionadas à valorização da pele clara e à desvalorização de indivíduos de pele mais escura.

Para além das implicações sociais, o colorismo produz impactos psicológicos e emocionais significativos. hooks (2019) argumenta que os sistemas de dominação racial influenciam profundamente a construção da identidade negra, sobretudo em contextos marcados pela valorização de padrões estéticos eurocêntricos. A constante exposição a modelos de beleza associados à pele clara contribui para sentimentos de inferioridade, baixa autoestima e rejeição da própria aparência (TATE, 2020).

Apesar da relevância social da problemática, os estudos académicos sobre colorismo em Angola ainda permanecem limitados. Neste sentido, a presente investigação procura contribuir para o aprofundamento do debate científico sobre o fenómeno, analisando as percepções sociais relacionadas ao colorismo e os seus impactos nas relações sociais, na autoestima e nas formas de tratamento social. O estudo tem como objectivo geral analisar as percepções sociais sobre o colorismo em Angola e os seus impactos nas relações sociais, na autoestima e nas formas de tratamento social. De forma específica, pretende i) compreender o conceito de colorismo e a sua relação com as hierarquias raciais historicamente construídas; ii) contextualizar historicamente a influência do colonialismo na formação das desigualdades raciais em Angola; iii) identificar as

manifestações do colorismo nas relações familiares, escolares, profissionais e sociais; iv) descrever os impactos psicológicos e emocionais do colorismo na construção da autoestima e da autoimagem; e v) reflectir sobre o papel da mídia, dos padrões de beleza e das redes sociais na reprodução do colorismo.

2. ESTRUTURA TEÓRICA

2.1. Conceito de Colorismo e Hierarquias Raciais

O colorismo constitui uma forma particular de discriminação baseada na tonalidade da pele, manifestando-se frequentemente no interior de grupos racializados. Diferentemente do racismo clássico, que opera sobretudo através da diferenciação entre grupos raciais distintos, o colorismo produz hierarquias internas, nas quais indivíduos de pele mais clara tendem a beneficiar de maior aceitação social, valorização estética e reconhecimento simbólico, enquanto pessoas de pele mais escura enfrentam processos mais intensos de marginalização e exclusão. Estas desigualdades contrariam princípios fundamentais consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos (ONU, 1948).

A conceptualização contemporânea do termo é amplamente associada à escritora Alice Walker, que define o colorismo como um tratamento “prejudicial or preferential” fundamentado exclusivamente na cor da pele entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo racial (WALKER, 1983, p. 290). Esta definição demonstra que as desigualdades raciais não se limitam às relações entre grupos racialmente distintos, reproduzindo-se igualmente no

interior das próprias comunidades negras através de critérios associados à proximidade fenotípica com a branca. Neste sentido, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial reconhece que práticas de discriminação racial comprometem a dignidade humana e limitam o exercício pleno dos direitos fundamentais (ONU, 1965).

A compreensão do colorismo exige uma análise histórica das estruturas coloniais e dos sistemas de dominação racial que moldaram as sociedades modernas. Fanon (2008) demonstra que o colonialismo produziu uma associação simbólica entre branca, humanidade, inteligência e civilização, ao mesmo tempo que relegou a negritude ao espaço da inferiorização e da desumanização. Para o autor, o sujeito negro passa frequentemente a desenvolver uma relação conflituosa com a própria identidade, interiorizando padrões de valorização racial construídos pelo olhar colonial. O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de homem. [...] Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar o seu estar-aí. (FANON, 2008, p. 27).

A reflexão de Fanon permite compreender que o colorismo não constitui uma simples preferência estética individual, mas um fenômeno ligado à colonialidade do poder e à produção histórica das hierarquias raciais. Bourdieu (1989) demonstra que os sistemas de dominação tendem a perpetuar-se através do poder simbólico, naturalizando critérios sociais historicamente construídos. Aplicado ao colorismo, este processo explica a forma como determinados padrões de beleza e respeitabilidade social passam a ser associados à pele clara, convertendo características fenotípicas em capital simbólico.

Mbembe (2014) sustenta que a raça deve ser compreendida como uma tecnologia de poder produzida pela modernidade colonial, influenciando formas de reconhecimento, visibilidade e distribuição desigual de oportunidades. Na literatura contemporânea, Monk (2021) demonstra que a tonalidade da pele continua a afectar trajetórias sociais, económicas e psicológicas, evidenciando que o colorismo permanece como mecanismo contemporâneo de estratificação social. Deste modo, o colorismo deve ser compreendido como uma manifestação estrutural das hierarquias raciais historicamente construídas, cuja permanência demonstra que as heranças do colonialismo continuam presentes nas formas contemporâneas de valorização e representação dos corpos negros.

2.2. Colonialismo e Construção das Desigualdades Raciais em Angola

A compreensão do colorismo em Angola exige uma análise das estruturas coloniais que organizaram a sociedade a partir de critérios raciais e civilizacionais. O colonialismo português não se limitou à ocupação territorial e económica, tendo igualmente produzido mecanismos simbólicos de classificação social, nos quais a proximidade com os padrões europeus passou a representar maior prestígio, reconhecimento e acesso a privilégios. Birmingham (2015) demonstra que a política assimilacionista portuguesa valorizava indivíduos considerados mais próximos da cultura europeia, criando formas internas de diferenciação racial e social dentro da própria população africana.

Fanon (1968) argumenta que o colonialismo instituiu uma divisão radical entre colonizador e colonizado, organizando a sociedade a partir da superioridade europeia e da inferiorização do africano.

Segundo o autor, “o mundo colonial é um mundo compartimentado” (FANON, 1968, p. 32), marcado por mecanismos permanentes de exclusão racial e desumanização.

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, isto é, com ajuda da polícia e da gendarmaria, o espaço do colonizado. Como para ilustrar o carácter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. (FANON, 1968, p. 41).

Neste contexto, a pele clara e os traços europeizados passaram a ser associados à civilização, inteligência e respeitabilidade social, enquanto a negritude foi frequentemente relacionada ao atraso e à marginalização. Mbembe (2014) sustenta que estas hierarquias raciais não desapareceram com os processos formais de independência política, permanecendo activas através de mecanismos contemporâneos de representação, classificação social e distribuição desigual de oportunidades.

No caso angolano, estas heranças coloniais continuam visíveis nos padrões de valorização estética e social. Munanga (2020) afirma que a colonialidade produziu mecanismos de inferiorização racial que ainda afectam a construção identitária das populações negras. Do mesmo modo, Tate (2020) observa que os padrões globais de beleza permanecem fortemente associados à supremacia estética europeia, reforçando práticas de branqueamento simbólico e valorização da pele clara.

Deste modo, o colorismo em Angola deve ser compreendido como resultado histórico das hierarquias raciais construídas pelo colonialismo, cujos efeitos continuam presentes nas formas contemporâneas de exclusão, reconhecimento social e valorização estética dos corpos negros.

2.3. Colorismo e Exclusão Social na Sociedade Angolana

O colorismo manifesta-se na sociedade angolana através de diferentes formas de exclusão social, desigualdade simbólica e diferenciação no acesso a oportunidades. A valorização da pele clara tende frequentemente a produzir maior aceitação social, enquanto indivíduos de pele mais escura enfrentam processos de invisibilização e marginalização em diferentes espaços sociais, incluindo relações familiares, ambientes escolares, espaços profissionais e relações afectivas.

Segundo Goffman (1988), o estigma constitui um mecanismo de desvalorização social que afecta profundamente a forma como os indivíduos são percebidos e tratados. No contexto do colorismo, a tonalidade da pele transforma-se num marcador social que influencia processos de reconhecimento, pertença e aceitação. Deste modo, o colorismo opera como mecanismo subtil de segregação social, reproduzindo desigualdades mesmo no interior das próprias populações negras.

hooks (2019) argumenta que os sistemas de dominação racial afectam directamente a construção da autoestima e da identidade negra, sobretudo quando determinados traços físicos passam a ser constantemente desvalorizados. Neste sentido, o colorismo não produz apenas desigualdades sociais, mas também impactos

emocionais e psicológicos relacionados à rejeição da própria aparência e ao sentimento de inferioridade. A opressão não é apenas económica. É também cultural e psicológica. O dominado acaba por olhar para si mesmo através dos olhos do dominador. (FANON, 2008, p. 93).

Estudos contemporâneos demonstram que a tonalidade da pele continua a influenciar oportunidades sociais e económicas. Monk (2021) observa que indivíduos de pele mais clara tendem frequentemente a beneficiar de maior reconhecimento e aceitação social, enquanto pessoas de pele mais escura enfrentam formas mais intensas de discriminação e exclusão. Assim, o colorismo deve ser compreendido como uma forma contemporânea de desigualdade racial que continua a afectar relações sociais, processos identitários e formas de reconhecimento na sociedade angolana.

2.4. Padrões de Beleza, Mídia e Representatividade Negra

Os padrões de beleza desempenham um papel central na reprodução do colorismo, sobretudo através da influência exercida pelos meios de comunicação social, pela publicidade e pelas redes sociais. Historicamente, os sistemas mediáticos contribuíram para a valorização de características físicas associadas à branquitude, promovendo padrões estéticos eurocêntricos em detrimento dos traços negros africanos.

A construção social da beleza não ocorre de forma neutra, estando profundamente ligada às relações históricas de poder e dominação. Hall (2016) afirma que os sistemas de representação cultural influenciam directamente a forma como os indivíduos percebem a

si próprios e aos outros, produzindo significados sociais que moldam identidades e formas de reconhecimento. Neste contexto, a pele clara passou frequentemente a ser associada à beleza, elegância e sucesso social, enquanto características negras foram, muitas vezes, invisibilizadas ou estereotipadas.

Segundo hooks (2019), a ausência de representações positivas de pessoas negras nos meios de comunicação contribui para processos de desvalorização simbólica e baixa autoestima. A autora sustenta que os sistemas mediáticos não apenas reproduzem desigualdades raciais, mas também influenciam a forma como os sujeitos negros constroem a percepção dos seus próprios corpos e identidades.

A influência das redes sociais intensificou significativamente estes processos. Tate (2020) argumenta que a indústria global da beleza continua marcada pela valorização da pele clara, promovendo práticas de branqueamento simbólico e corporal. Em muitos contextos africanos, incluindo Angola, a pele clara permanece associada à ideia de modernidade, aceitação social e mobilidade económica. O racismo internalizado faz com que muitas pessoas negras aprendam a odiar aquilo que são antes mesmo de compreenderem as estruturas que produzem essa rejeição. (HOOKS, 2019, p. 52).

A reflexão de hooks evidencia que os padrões estéticos dominantes afectam não apenas a aparência física, mas também os processos psicológicos e identitários. Muitos indivíduos passam a desenvolver sentimentos de inadequação corporal e procuram aproximar-se dos modelos socialmente valorizados como forma de alcançar reconhecimento social.

Neste cenário, a representatividade negra assume grande importância no combate ao colorismo. Ribeiro (2021) defende que a presença positiva de pessoas negras nos meios de comunicação contribui para o fortalecimento da autoestima colectiva e para a desconstrução das hierarquias raciais historicamente impostas. Contudo, mesmo dentro da representatividade negra, indivíduos de pele mais clara continuam frequentemente a beneficiar de maior visibilidade mediática, reproduzindo internamente as lógicas do colorismo.

Assim, os padrões de beleza e os sistemas de representação mediática desempenham papel decisivo na manutenção das hierarquias raciais contemporâneas. O combate ao colorismo exige, portanto, maior valorização da diversidade estética negra e ampliação de representações positivas de diferentes tonalidades de pele nos espaços de comunicação social.

2.5. Impactos Sociais, Psicológicos e Estratégias de Combate Ao Colorismo

O colorismo produz impactos profundos nas dimensões sociais, emocionais e psicológicas dos indivíduos, afectando particularmente pessoas de pele mais escura. Para além das desigualdades materiais e simbólicas, este fenómeno interfere directamente na construção da autoestima, da identidade e das formas de pertença social. As suas consequências manifestam-se em diferentes espaços da vida quotidiana, incluindo relações familiares, ambientes escolares, mercado de trabalho e meios de comunicação social.

Fanon (2008) demonstra que os processos de inferiorização racial afectam profundamente a construção psicológica do sujeito negro. Segundo o autor, o colonialismo produziu mecanismos de desumanização que levaram muitos indivíduos negros a desenvolver sentimentos de inadequação e rejeição da própria identidade racial. A inferiorização é o correlato indígena da superiorização europeia. (FANON, 2008, p. 90).

Os impactos emocionais do colorismo incluem baixa autoestima, ansiedade, sentimentos de inferioridade, isolamento social e depressão. hooks (2020) argumenta que o racismo internalizado constitui uma das formas mais violentas de dominação, afectando directamente a forma como os sujeitos negros percebem os seus corpos e identidades. No plano social, Monk (2021) demonstra que a tonalidade da pele continua a influenciar trajectórias sociais e económicas, produzindo desigualdades no acesso ao emprego, reconhecimento institucional e mobilidade social.

Para além dos efeitos psicológicos e sociais, o colorismo contribui para práticas de branqueamento simbólico e corporal associadas aos padrões estéticos eurocêntricos. Em muitos contextos africanos, a procura por produtos clareadores relaciona-se à tentativa de alcançar aceitação social e valorização estética. Estas práticas evidenciam a permanência de estruturas simbólicas que associam valor social à proximidade com a brancura (TATE, 2020).

Diante destas problemáticas, o combate ao colorismo exige estratégias educativas, culturais e institucionais orientadas para a valorização da diversidade racial e fortalecimento da identidade negra. Freire (1996) defende que a educação crítica desempenha papel fundamental na transformação social e no questionamento

das estruturas históricas de opressão. Do mesmo modo, Ribeiro (2021) destaca que a representatividade negra e a valorização positiva da diversidade contribuem para a desconstrução das hierarquias raciais e para o fortalecimento da autoestima colectiva.

3. METODOLOGIA

A presente investigação adoptou uma abordagem predominantemente quantitativa, com recurso complementar à abordagem qualitativa, tendo em consideração a natureza do instrumento de recolha de dados utilizado. A predominância quantitativa justifica-se pelo facto de o questionário ter sido constituído maioritariamente por perguntas fechadas, direccionadas à mensuração das percepções sociais sobre o colorismo em Angola. Segundo Gil (2022).

Do ponto de vista dos objectivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. Descritiva porque procurou identificar e apresentar as percepções sociais relacionadas ao colorismo em diferentes espaços sociais; e exploratória porque o fenómeno ainda permanece relativamente pouco estudado no contexto angolano, sobretudo no que diz respeito às suas implicações sociais, emocionais e identitárias (GIL, 2022).

A recolha de dados foi realizada através da aplicação de um questionário estruturado em formato digital “google forms”, composto por perguntas fechadas e abertas. As perguntas fechadas permitiram recolher informações relacionadas às percepções dos participantes sobre discriminação racial, influência do tom de pele nas relações sociais, padrões de beleza, autoestima e tratamento social. Já as perguntas abertas possibilitaram captar opiniões,

experiências e interpretações subjectivas dos participantes acerca do fenómeno do colorismo.

O questionário foi disponibilizado por meio de plataformas digitais e partilhado em redes sociais e grupos de comunicação online, permitindo maior alcance geográfico e diversidade de participação. A amostra foi constituída por 7.314 participantes, seleccionados por conveniência, considerando a adesão voluntária dos respondentes à pesquisa.

No tratamento dos dados quantitativos, as respostas foram organizadas, codificadas e sistematizadas em tabelas de frequência e percentagem. Posteriormente, realizou-se a análise estatística descritiva, permitindo identificar tendências, níveis de concordância e distribuição das respostas em relação às diferentes questões do questionário. Para facilitar a interpretação dos resultados, os dados foram projectados proporcionalmente para o universo de 7.314 participantes.

Relativamente aos dados qualitativos, obtidos através das duas perguntas abertas, procedeu-se à análise de conteúdo, técnica proposta por Bardin (2016), que possibilita identificar sentidos, percepções e significados presentes nos discursos dos participantes. A análise consistiu na leitura, organização e interpretação das respostas, considerando os elementos mais recorrentes relacionados às experiências de discriminação, autoestima, exclusão social e percepções sobre o colorismo.

A interpretação dos resultados foi realizada de forma articulada ao referencial teórico da investigação, permitindo relacionar os dados empíricos às discussões académicas sobre colonialidade,

desigualdades raciais, representações sociais e colorismo. Esta articulação possibilitou compreender não apenas a frequência das respostas obtidas, mas também os significados sociais associados ao fenómeno no contexto angolano.

Do ponto de vista ético, a investigação respeitou os princípios de confidencialidade, anonimato e participação voluntária dos respondentes. Os participantes foram previamente informados sobre os objectivos da pesquisa, garantindo-se o uso exclusivamente académico das informações recolhidas.

4. RESULTADOS

A presente secção apresenta os resultados obtidos através da aplicação do questionário sobre colorismo a 7.314 participantes. Os dados são apresentados por meio de tabelas, seguidos de análises interpretativas fundamentadas no referencial teórico da investigação.

Tabela 1: Idade dos participantes

Faixa etária	Percentagem	Estimativa (7.314)
Menos de 18 anos	5,7%	418
18–25 anos	20,7%	1.515
26–35 anos	40,0%	2.926
36–45 anos	26,4%	1.933
46–55 anos	5,7%	418
Mais de 55 anos	1,4%	104

Fonte: elaboração própria (2026)

Os dados demonstram que a maior parte dos participantes pertence à faixa etária dos 26 aos 35 anos, representando 40% da amostra projectada. Este resultado evidencia que o estudo contou predominantemente com adultos jovens, grupo social que se encontra numa fase activa de inserção profissional, construção familiar e maior participação nas dinâmicas sociais e digitais. Observa-se igualmente uma participação expressiva de indivíduos entre os 36 e 45 anos (26,4%), o que contribui para uma percepção mais ampla sobre as experiências relacionadas ao colorismo. A reduzida participação de pessoas com mais de 55 anos poderá indicar menor envolvimento desta faixa etária em plataformas digitais ou menor adesão ao questionário.

Tabela 2: Sexo dos participantes

Sexo	Percentagem	Estimativa (7.314)
Feminino	41,6%	3.043
Masculino	58,4%	4.271

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados demonstram predominância do género masculino na pesquisa, representando 58,4% dos participantes. Apesar disso, a participação feminina também se revelou significativa, permitindo compreender diferentes perspectivas acerca do colorismo. A distribuição relativamente equilibrada entre os dois géneros contribui para maior diversidade de opiniões e amplia a credibilidade das interpretações sociais e emocionais apresentadas ao longo do estudo.

Tabela 3: Nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Percentagem	Estimativa (7.314)
Ensino secundário	0,7%	53
Ensino médio/técnico	10,8%	789
Ensino superior	69,8%	5.104
Pós-graduação	18,7%	1.368

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados indicam um elevado nível de escolaridade entre os participantes, sendo que 69,8% possuem formação superior e 18,7% possuem pós-graduação. Este cenário demonstra que a maioria dos respondentes apresenta elevado nível de instrução académica, o que poderá influenciar a consciência crítica acerca das questões relacionadas ao colorismo, discriminação e desigualdade social. A reduzida participação de indivíduos com escolaridade secundária sugere que o estudo foi predominantemente composto por pessoas com maior acesso ao ensino formal.

Tabela 4: Pessoas de tom de pele mais claro são vistas como mais bonitas em Angola

Resposta	Percentagem	Estimativa
1	18,8%	1.378
2	10,1%	742
3	14,5%	1.060
4	30,4%	2.226

5	26,1%	1.908
---	-------	-------

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados demonstram tendência significativa de concordância relativamente à ideia de que pessoas de pele mais clara são frequentemente associadas a padrões de beleza em Angola. As respostas 4 e 5 concentram a maioria dos participantes, indicando percepção social consistente sobre a valorização estética da pele clara. A média de 3,35 reforça a existência de uma percepção moderadamente elevada sobre a influência do tom de pele nos padrões de beleza socialmente construídos.

Tabela: 5: O tom de pele influencia a forma como as pessoas são tratadas na sociedade

Resposta	Percentagem	Estimativa
1	10,9%	795
2	13,0%	954
3	8,7%	636
4	38,4%	2.809
5	29,0%	2.120

Fonte: elaboração própria (2026)

Os dados revelam forte percepção social de que o tom de pele influencia directamente a forma como as pessoas são tratadas na sociedade angolana. As respostas de concordância elevada (4 e 5) representam a maioria dos participantes, indicando reconhecimento

de práticas discriminatórias e privilégios associados ao tom de pele. A média de 3,62 evidencia um nível elevado de concordância relativamente à existência de tratamento diferenciado.

Tabela 6: Existe preferência social por pessoas de pele mais clara

Resposta	Percentagem	Estimativa
1	13,8%	1.007
3	15,9%	1.166
4	42,8%	3.127
5	27,5%	2.014

Fonte: elaboração própria (2026)

A maioria dos participantes reconhece claramente a existência de preferência social por pessoas de pele mais clara. A concentração das respostas nos níveis 4 e 5 demonstra forte percepção de favorecimento social relacionado ao tom de pele. A média de 3,70 representa uma das mais elevadas do estudo, reforçando a ideia de que o colorismo se manifesta de forma visível nas relações sociais e nos padrões de valorização social.

Tabela 7: Comentários familiares que valorizam peles mais claras

Resposta	Percentagem	Estimativa
Sim	75,0%	5.486
Não	25,0%	1.828

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados demonstram que a maioria expressiva dos participantes já presenciou ou viveu comentários familiares que valorizam pessoas de pele mais clara. Este dado revela que o colorismo não se limita aos espaços públicos, mas encontra-se igualmente presente nas dinâmicas familiares e nos processos de socialização. A influência familiar pode contribuir para a interiorização precoce de padrões discriminatórios relacionados ao tom de pele.

Tabela 8: O tom de pele influencia expectativas familiares

Resposta	Percentual	Estimativa
1	18,2%	1.335
2	11,7%	854
3	18,2%	1.335
4	30,7%	2.242
5	21,2%	1.548

Fonte: elaboração própria (2026)

Os dados indicam que muitos participantes acreditam que o tom de pele influencia expectativas familiares relacionadas ao casamento, aceitação social e sucesso pessoal. Embora existam opiniões divergentes, observa-se predominância de respostas associadas à concordância. A média de 3,25 evidencia percepção moderada sobre a influência do colorismo nas relações familiares e nos critérios de valorização social.

Tabela 9: Tratamento diferenciado na escola

Resposta	Porcentagem	Estimativa
1	20,0%	1.463
2	13,3%	975
3	20,0%	1.463
4	23,0%	1.680
5	23,7%	1.734

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados demonstram percepção relativamente equilibrada, embora exista tendência moderada de concordância quanto ao tratamento diferenciado de alunos de pele mais clara no ambiente escolar. As respostas sugerem que o colorismo pode influenciar experiências educacionais e relações interpessoais desde os primeiros espaços de socialização social.

Tabela 10: Discriminação no ambiente escolar

Resposta	Porcentagem	Estimativa
Sim	70,1%	5.125
Não	29,9%	2.189

Fonte: elaboração própria (2026)

A maioria significativa dos participantes afirma já ter presenciado situações de discriminação relacionadas ao tom de pele no ambiente escolar. Este resultado revela que a escola, enquanto espaço de formação social, não se encontra isenta de práticas discriminatórias associadas ao colorismo. A elevada percentagem de

respostas afirmativas evidencia a necessidade de promoção de educação inclusiva e combate ao preconceito racial no contexto educativo.

Tabela 11: Influência do tom de pele nas oportunidades profissionais

Resposta	Percentagem	Estimativa
1	16,2%	1.183
2	5,1%	376
3	9,6%	699
4	35,3%	2.581
5	33,8%	2.474

Fonte: elaboração própria (2026)

Os participantes reconhecem fortemente que o tom de pele influencia oportunidades profissionais, incluindo emprego, promoção e visibilidade social. As respostas de maior concordância representam ampla maioria, indicando percepção consistente de desigualdade e favorecimento social no mercado de trabalho. A média elevada reforça a compreensão de que o colorismo afecta directamente oportunidades profissionais e reconhecimento social.

Tabela 12: Tratamento diferenciado no trabalho

Resposta	Percentagem	Estimativa
Sim	60,4%	4.421
Não	39,6%	2.893

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados demonstram que mais da metade dos participantes já observou ou experienciou tratamento diferenciado no ambiente profissional devido ao tom de pele. Este dado evidencia que o colorismo continua presente nas relações laborais, afectando oportunidades, valorização profissional e formas de tratamento dentro das instituições.

Tabela 13: Influência do tom de pele em espaços públicos

Resposta	Percentagem	Estimativa
1	17,5%	1.281
2	11,7%	854
3	11,7%	854
4	35,0%	2.563
5	24,1%	1.762

Fonte: elaboração própria (2026)

Os participantes demonstram percepção significativa de que o tom de pele influencia o tratamento recebido em espaços públicos, como igrejas, estabelecimentos comerciais e ambientes de lazer. Os resultados revelam que o colorismo ultrapassa contextos privados e profissionais, manifestando-se igualmente em interações sociais quotidianas.

Tabela 14: O colorismo afecta a autoestima

Resposta	Percentual	Estimativa
1	17,5%	1.281
2	8,8%	641
3	13,1%	961
4	35,8%	2.616
5	24,8%	1.815

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados revelam forte percepção acerca dos impactos do colorismo sobre a autoestima das pessoas. A maioria dos participantes reconhece que padrões de valorização associados ao tom de pele podem afectar negativamente a autoimagem, segurança emocional e percepção de valor pessoal dos indivíduos.

Tabela 15: Pessoas de pele mais escura tendem a sentir menor aceitação social

Resposta	Percentual	Estimativa
1	19,1%	1.398
2	14,0%	1.022
3	19,1%	1.398
4	29,4%	2.151
5	18,4%	1.344

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados indicam percepção moderada relativamente à menor aceitação social de pessoas de pele mais escura. Embora existam opiniões diversificadas, observa-se tendência de concordância quanto à existência de dificuldades sociais relacionadas ao tom de pele, reforçando a percepção de exclusão e desigualdade social.

Pergunta 16: Influência do tom de pele na construção da autoimagem

Resposta	Percentagem	Estimativa
1	18,2%	1.335
2	14,6%	1.068
3	17,5%	1.281
4	32,1%	2.349
5	17,5%	1.281

Fonte: elaboração própria (2026)

Os dados demonstram que muitos participantes acreditam que o tom de pele influencia directamente a construção da autoimagem e identidade pessoal. A predominância das respostas de concordância revela percepção significativa sobre os impactos psicológicos e emocionais do colorismo, especialmente na forma como os indivíduos se percebem e se posicionam socialmente.

A análise qualitativa da Pergunta 17, orientada para a compreensão das percepções dos participantes acerca do futuro de Angola caso o fenómeno do colorismo não seja devidamente combatido no seio familiar, nas escolas e na sociedade em geral, revela um elevado nível de preocupação relativamente às possíveis consequências

sociais, culturais, emocionais e identitárias decorrentes da sua progressiva expansão. Os discursos recolhidos demonstram que os participantes entendem o colorismo como uma problemática estrutural capaz de comprometer a coesão social, aprofundar desigualdades históricas e fragilizar os valores culturais angolanos.

Grande parte das respostas evidencia a convicção de que, caso não sejam implementadas medidas educativas e sociais consistentes, Angola poderá assistir ao agravamento das divisões internas entre os próprios cidadãos, tendo como base critérios relacionados com o tom de pele. Os participantes consideram que a valorização excessiva da pele clara poderá consolidar formas subtis de discriminação e exclusão social, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros. Esta percepção encontra-se claramente expressa em afirmações como: “Se não combatermos o colorismo agora, daqui a 20 anos Angola vai ser um país ainda mais dividido”, ou ainda: “Será um país de ódios, ressentimentos e com desigualdades sociais”. Outros participantes reforçam igualmente a ideia de desigualdade estrutural ao afirmar que “Onde pessoas com pele mais clara serão vistas como superiores e terão acesso privilegiado a empregos, educação e oportunidades”. Tais depoimentos demonstram que o colorismo é compreendido como um mecanismo social de diferenciação que poderá influenciar significativamente o acesso a oportunidades e o reconhecimento social.

Paralelamente, as respostas revelam uma preocupação profunda relativamente à perda da identidade cultural africana e angolana. Muitos participantes entendem que a crescente disseminação de padrões estéticos associados à pele clara poderá conduzir à desvalorização dos traços físicos africanos e, conseqüentemente, ao

enfraquecimento do sentimento de pertença cultural. Nesta perspectiva, alguns entrevistados afirmam que “Angola será um país negro com vergonha de ser negro”, enquanto outros alertam que “Vamos perder a nossa essência” ou mesmo que poderá surgir “Uma nova colonização, com o desprezo aos autóctones”. Estas falas traduzem o receio de que o colorismo possa funcionar como um prolongamento simbólico das heranças coloniais, reproduzindo ideologias de superioridade racial e promovendo a negação da identidade negra.

Outro elemento amplamente referido pelos participantes diz respeito aos impactos do colorismo na saúde física e emocional da população, sobretudo em virtude da utilização crescente de produtos de clareamento da pele. Os depoimentos demonstram que muitos indivíduos associam a busca pela aceitação social à adopção de práticas nocivas para a saúde, motivadas pela pressão estética e pelo desejo de aproximação a padrões de beleza socialmente valorizados. Alguns participantes afirmaram que “Teremos muita gente com cancro da pele”, enquanto outros referiram que “As pessoas queimam a pele para ganhar aceitação”. Estas declarações evidenciam que o colorismo não é percebido apenas como uma questão de aparência, mas igualmente como um fenómeno capaz de produzir consequências graves ao nível da saúde pública e do equilíbrio psicológico dos indivíduos.

Não obstante as preocupações manifestadas, algumas respostas demonstram esperança relativamente à possibilidade de transformação social através da educação, da consciencialização colectiva e da valorização da diversidade racial e cultural. Diversos participantes acreditam que o combate ao colorismo poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva

e emocionalmente saudável. Esta perspectiva encontra-se patente em afirmações como: “Se houver educação e valorização da diversidade, Angola poderá tornar-se uma sociedade mais unida” e “A criança deve crescer sabendo que o tom da pele não define o seu futuro”. De modo geral, a análise da Pergunta 17 permite concluir que os participantes percebem o colorismo como um fenómeno social profundamente preocupante, cujos efeitos poderão repercutir-se negativamente no futuro cultural, identitário e social de Angola.

Relativamente à Pergunta 18, orientada para a identificação dos impactos do colorismo na vida social e emocional das pessoas, as respostas revelam uma percepção amplamente consensual acerca das consequências negativas deste fenómeno sobre a autoestima, a saúde mental, as relações interpessoais e a construção da identidade individual. Os participantes demonstram reconhecer que o colorismo produz efeitos emocionais profundos, particularmente entre pessoas de pele mais escura, afectando a forma como estas se percebem a si próprias e como são socialmente tratadas.

Os depoimentos recolhidos evidenciam que o colorismo está fortemente associado a sentimentos de inferioridade, insegurança, ansiedade, depressão e baixa autoestima. Muitos participantes consideram que a valorização social da pele clara contribui para a interiorização de padrões discriminatórios, levando inúmeras pessoas a rejeitarem os seus próprios traços físicos e a desenvolverem conflitos identitários. Esta realidade encontra-se expressa em afirmações como: “O colorismo machuca por dentro e por fora, é veneno lento”, “Muitas pessoas passam a achar que são menos bonitas ou menos capazes por causa da sua cor” ou ainda “Baixa autoestima, ansiedade e depressão”. As respostas

demonstram que os impactos do colorismo transcendem a dimensão estética, afectando profundamente o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos.

Para além dos efeitos emocionais, os participantes destacam igualmente as implicações sociais do colorismo, sobretudo ao nível da exclusão, discriminação e desigualdade de oportunidades. Muitos entrevistados consideram que pessoas de pele mais escura enfrentam maiores dificuldades em contextos profissionais, escolares e afectivos, devido à persistente associação entre pele clara, beleza, sucesso e prestígio social. Algumas respostas ilustram claramente esta percepção, nomeadamente: “As pessoas de pele mais escura enfrentam menos oportunidades em empregos, mídia e relacionamentos”, “A pele clara ainda é vista como padrão de beleza e sucesso” e “O mérito é posto de lado, as oportunidades são desiguais”. Estes discursos evidenciam que o colorismo continua a influenciar mecanismos de valorização social e formas diferenciadas de tratamento dentro da sociedade.

Outro aspecto relevante identificado nas respostas relaciona-se com a procura de aceitação social através da alteração da aparência física, particularmente por meio do clareamento da pele. Diversos participantes referem que muitas pessoas acabam por recorrer a produtos químicos e procedimentos estéticos na tentativa de se aproximarem de padrões considerados mais desejáveis socialmente. Alguns entrevistados afirmaram que “As pessoas queimam a pele para ganhar aceitação”, enquanto outros referiram que “Muita gente sente-se inferior e procura um tom de pele mais claro”. Estas falas demonstram que o colorismo afecta directamente a construção da identidade pessoal, conduzindo, em muitos casos, à negação da própria aparência e ao sofrimento psicológico.

A análise da Pergunta 18 demonstra que os participantes percebem o colorismo como um fenómeno social com profundas repercussões emocionais, psicológicas e sociais. Os discursos revelam que esta problemática afecta a autoestima, compromete a saúde mental, condiciona relações interpessoais e contribui para a reprodução de desigualdades dentro da sociedade angolana. Assim, os participantes defendem implicitamente a necessidade de promover educação inclusiva, valorização da diversidade racial e fortalecimento da consciência social, enquanto estratégias fundamentais para o combate ao colorismo e para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e humanizada.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da presente investigação demonstram que o colorismo permanece como uma problemática social relevante na sociedade angolana, manifestando-se em diferentes espaços de socialização e influenciando formas de reconhecimento, pertença e valorização social. As respostas obtidas revelam percepção significativa de que a tonalidade da pele interfere nas relações familiares, escolares, profissionais e afectivas, confirmando que as hierarquias raciais historicamente construídas continuam presentes nas dinâmicas sociais contemporâneas. Estes resultados encontram sustentação teórica em Mbembe (2014), ao afirmar que as estruturas da colonialidade permanecem activas através de mecanismos de classificação racial e distribuição desigual de oportunidades.

Os dados relativos às percepções sobre beleza e aceitação social demonstram forte tendência de valorização da pele clara. A maioria dos participantes reconhece que pessoas de tom de pele mais claro tendem a ser vistas como mais bonitas e socialmente mais

valorizadas. Estes resultados corroboram as reflexões de Tate (2020), segundo as quais os padrões globais de beleza permanecem profundamente associados à supremacia estética europeia. A influência destes padrões evidencia que o colorismo ultrapassa a dimensão estética, funcionando igualmente como mecanismo simbólico de diferenciação social.

No contexto angolano, esta realidade revela-se particularmente preocupante quando confrontada com os princípios estabelecidos na Constituição da República de Angola. O artigo 23.º consagra o princípio da igualdade e da não discriminação, determinando que ninguém pode ser prejudicado ou privilegiado em função da raça, cor ou origem (ANGOLA, 2010). Contudo, os resultados da pesquisa demonstram que, apesar das garantias jurídicas existentes, persistem práticas sociais que favorecem indivíduos de pele mais clara em detrimento daqueles de pele mais escura, sobretudo no acesso ao reconhecimento social e às oportunidades profissionais.

As respostas relacionadas às experiências familiares e escolares revelam que o colorismo começa a manifestar-se desde os primeiros espaços de socialização. A elevada percentagem de participantes que afirmaram já ter presenciado comentários familiares valorizando pessoas de pele clara demonstra que os padrões discriminatórios são frequentemente reproduzidos no ambiente doméstico. Do mesmo modo, os resultados relativos ao ambiente escolar indicam que muitos participantes já observaram situações de discriminação associadas ao tom de pele. Estes dados reforçam a perspectiva de Goffman (1988), segundo a qual os processos de estigmatização afectam profundamente a forma como os indivíduos são percebidos e tratados socialmente.

A presença do colorismo no contexto escolar revela igualmente fragilidades na promoção de práticas educativas inclusivas e antidiscriminatórias. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola estabelece que a educação deve promover princípios de igualdade, cidadania e respeito pela dignidade humana (ANGOLA, 2016). Contudo, os resultados demonstram que o espaço escolar ainda reproduz práticas de exclusão e diferenciação racial, evidenciando a necessidade de fortalecimento de políticas educativas voltadas para a valorização da diversidade racial e cultural.

Os dados relativos ao mercado de trabalho demonstram percepção expressiva de que o tom de pele influencia oportunidades profissionais, reconhecimento institucional e formas de tratamento laboral. A maioria dos participantes considera que pessoas de pele mais clara beneficiam frequentemente de maior aceitação profissional e visibilidade social. Estes resultados aproximam-se das análises de Monk (2021), que demonstra que a tonalidade da pele continua a afectar trajetórias económicas e sociais, funcionando como mecanismo contemporâneo de estratificação social. Assim, o colorismo revela-se não apenas como fenómeno cultural, mas igualmente como estrutura que interfere na distribuição desigual de oportunidades.

Os resultados relacionados aos impactos emocionais e psicológicos do colorismo evidenciam níveis significativos de preocupação relativamente à autoestima, identidade e saúde mental. A maioria dos participantes reconhece que o colorismo afecta negativamente a autoimagem e produz sentimentos de inferioridade, insegurança e rejeição da própria aparência. Estas percepções confirmam as reflexões de hooks (2019), segundo as quais os sistemas de

dominação racial influenciam profundamente a construção da identidade negra, sobretudo em contextos marcados pela valorização de padrões estéticos eurocêtricos.

As respostas qualitativas reforçam igualmente esta dimensão psicológica e emocional do fenómeno. Muitos participantes associam o colorismo à ansiedade, depressão, sofrimento emocional e conflitos identitários. As referências ao uso de produtos de clareamento da pele demonstram que a pressão estética associada à valorização da pele clara continua a produzir impactos sobre a saúde física e emocional dos indivíduos. Esta realidade encontra sustentação nas análises de Fanon (2008), ao demonstrar que os processos de inferiorização racial levam muitos sujeitos negros a desenvolver relações conflituosas com os seus próprios corpos e identidades.

A análise qualitativa evidencia ainda forte preocupação relativamente ao futuro social e cultural de Angola caso o colorismo continue a expandir-se sem medidas efectivas de combate. Muitos participantes consideram que a valorização excessiva da pele clara poderá aprofundar divisões sociais, desigualdades e formas de exclusão dentro da própria população negra. Estas percepções aproximam-se das reflexões de Mbembe (2014), segundo as quais a colonialidade continua activa através de mecanismos simbólicos que condicionam formas de humanidade, pertença e reconhecimento social.

Os resultados demonstram igualmente que os participantes reconhecem a necessidade de estratégias educativas, culturais e institucionais orientadas para o combate ao colorismo. A defesa da valorização da diversidade racial, da representatividade negra e da

educação inclusiva encontra correspondência nas recomendações da UNESCO e da Organização das Nações Unidas, particularmente no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes (2015–2024), que enfatiza a necessidade de promoção da igualdade racial, justiça social e valorização das identidades negras.

Deste modo, os resultados da investigação demonstram que o colorismo permanece como uma forma contemporânea de desigualdade racial profundamente enraizada nas estruturas sociais, culturais e simbólicas da sociedade angolana. Apesar das garantias jurídicas previstas nos instrumentos internacionais de direitos humanos e na própria Constituição da República de Angola, persistem práticas sociais que reproduzem exclusão, discriminação e valorização diferenciada em função da tonalidade da pele. Assim, o enfrentamento do colorismo exige não apenas medidas legais, mas também transformações educativas, culturais e institucionais capazes de promover maior valorização da diversidade racial, fortalecimento da identidade negra e construção de relações sociais mais inclusivas e igualitárias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu analisar as percepções sociais sobre o colorismo em Angola e os seus impactos nas relações sociais, na autoestima e nas formas de tratamento social, confirmando que este fenómeno permanece profundamente presente nas dinâmicas sociais contemporâneas. Os resultados demonstraram que a tonalidade da pele continua a influenciar processos de valorização estética, reconhecimento social, oportunidades profissionais e formas de inclusão social,

evidenciando a permanência de hierarquias raciais historicamente construídas.

O estudo possibilitou compreender o colorismo como uma forma específica de discriminação baseada na tonalidade da pele, reproduzindo mecanismos de diferenciação e exclusão mesmo no interior das próprias populações negras. As discussões teóricas demonstraram que este fenómeno se encontra associado às estruturas da colonialidade, aos padrões estéticos eurocêntricos e às formas históricas de valorização da brancura, revelando que as desigualdades raciais continuam a manifestar-se através de mecanismos simbólicos e sociais herdados do período colonial.

A investigação permitiu igualmente contextualizar a influência do colonialismo na formação das desigualdades raciais em Angola. Os resultados demonstraram que o colonialismo português produziu mecanismos simbólicos de classificação racial e social, associando a pele clara à ideia de civilização, prestígio e superioridade social. As análises confirmaram ainda que muitas destas hierarquias permanecem activas nas formas contemporâneas de reconhecimento social, valorização estética e distribuição desigual de oportunidades.

Os dados recolhidos evidenciaram a presença do colorismo em diferentes espaços sociais, incluindo relações familiares, ambientes escolares, contextos profissionais e interacções sociais quotidianas. Grande parte dos participantes afirmou já ter presenciado comentários familiares valorizando pessoas de pele clara, bem como situações de discriminação relacionadas ao tom de pele em ambientes escolares e profissionais. Estes resultados demonstram

que o colorismo continua a influenciar mecanismos de inclusão, exclusão e reconhecimento social na sociedade angolana.

No plano psicológico e emocional, os resultados revelaram que o colorismo afecta significativamente a autoestima, a autoimagem e o sentimento de pertença social dos indivíduos. As respostas qualitativas evidenciaram sentimentos de inferioridade, insegurança, ansiedade e rejeição da própria aparência, sobretudo entre pessoas de pele mais escura. Verificou-se, deste modo, que os impactos do colorismo ultrapassam a dimensão estética, afectando profundamente os processos de construção identitária e equilíbrio emocional.

A investigação permitiu ainda compreender o papel da mídia, dos padrões de beleza e das redes sociais na reprodução do colorismo. Os resultados demonstraram que a valorização da pele clara continua fortemente associada aos padrões contemporâneos de beleza e aceitação social, contribuindo para práticas de branqueamento simbólico e para a reprodução de modelos estéticos eurocêntricos. As respostas dos participantes evidenciaram preocupação relativamente aos efeitos destes padrões sobre a valorização da identidade negra e dos traços africanos.

Os resultados demonstraram igualmente que, apesar das garantias jurídicas previstas na Constituição da República de Angola e nos instrumentos internacionais de direitos humanos, persistem práticas sociais e simbólicas que reproduzem desigualdades relacionadas à tonalidade da pele. Esta realidade evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas educativas, culturais e institucionais orientadas para a promoção da igualdade racial, valorização da diversidade e combate às diferentes formas de discriminação.

Por fim, conclui-se que o colorismo constitui uma problemática estrutural que continua a afectar relações sociais, processos identitários e formas de reconhecimento na sociedade angolana. O enfrentamento deste fenómeno exige não apenas medidas legais, mas também transformações educativas, culturais e sociais capazes de promover maior valorização da identidade negra, fortalecimento da autoestima colectiva e construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e humanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. Constituição da República de Angola. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

ANGOLA. Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, Luanda, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIRMINGHAM, David. *Breve história de Angola*. Lisboa: Guerra e Paz, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. 6. ed. Thousand Oaks: Sage, 2021.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MONK JR., Ellis P. The unceasing significance of colorism: skin tone stratification in the United States. *Daedalus*, Cambridge, v. 150, n. 2, p. 76-90, 2021.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

ONU. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1965.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TATE, Shirley Anne. *Black beauty aesthetics, stylization, politics*. London: Routledge, 2020.

UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Paris: UNESCO, 2002.

WALKER, Alice. *In search of our mothers' gardens: womanist prose*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.

¹ Doutorando em Educação, com foco em Atenção à Diversidade e Educação Inclusiva. Mestre em Recursos Humanos e Gestão do Conhecimento. Licenciado em Ciências da Educação no curso de Pedagogia, opção Gestão Escolar, Pós-graduado em Logística empresarial e gestão da produção. Docente e Chefe de Secção do Departamento de Ensino e Investigação em Gestão Financeira e Contabilidade do INSPUNYL. Soyo, província do Zaire, Angola. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#) e [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID <https://orcid.org/0009-0005-8616-5651>

² Licenciado em Administração de Empresas pelo Instituto Adventista Paranaense. Mestre em Contabilidade, especialidade Controladoria pela Universidade Estadual de Maringá. Pós-graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil.

³ Mestre em Educação, com foco em Organização e Gestão de Centros Educativos pela Universidade Europeia de Atlântico (Espanha). Docente e Chefe do Departamento de Ensino e Investigação em Gestão Financeira e Contabilidade do INSPUNYL. Soyo, província do Zaire, Angola.